

Boletim Informativo | n. 21 | jan. 2022

# SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de Fortalecimento dos  
Instrumentos de Planejamento do SUS | **CGFIP**

**DEPARTAMENTO DE GESTÃO  
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP**

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

## Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde .....	3
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS) .....	4
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG).....	7
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) .....	10
Referências .....	20

## APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde e relatórios de gestão.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2022 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0

Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: [bvsmms.saude.gov.br](http://bvsmms.saude.gov.br)

*Elaboração, distribuição e informações:*

### MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva  
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa  
Coordenação-Geral de Fortalecimento da Gestão dos Instrumentos de Planejamento do SUS  
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede  
CEP: 70058-900 – Brasília/DF  
Tel.: (61) 3315-2600  
E-mail: [cgfip@saude.gov.br](mailto:cgfip@saude.gov.br)  
Site: [www.gov.br/saude](http://www.gov.br/saude)

*Coordenação-geral:*

Mídyá Hemilly Gurgel de Souza Targino

*Elaboração:*

Dorian Chim Smarzaro

*Colaboração:*

Cristiano Freitas de Telles  
Fabiano Messias da Silva  
Henrique Flávio de Souza  
Laeticia Jensen Eble  
Luiza Maria Pereira Schaidt  
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

## SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos conselhos de saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

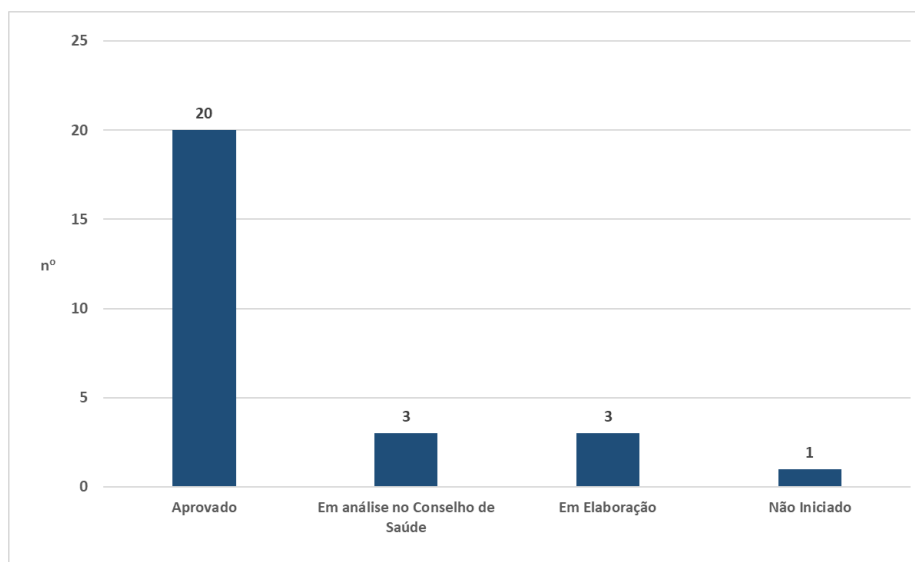


## RESULTADOS

### Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigíSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP).

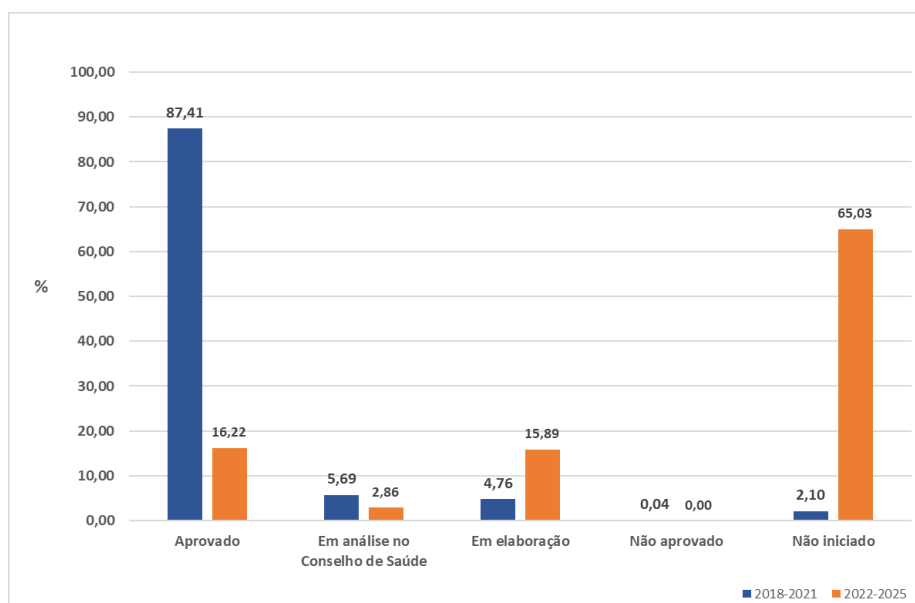
**Gráfico 1 – Situação do plano de saúde das unidades federativas, segundo status (2020-2023)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Para os municípios, o PS vigente é para o quadriênio 2022 a 2025. Cerca de 16% dos municípios brasileiros registraram no DGMP informações relativas ao PS aprovado no CS. Ao longo de 2022, ainda serão apresentados neste boletim os resultados relativos ao período 2018-2021 (gráfico 2).

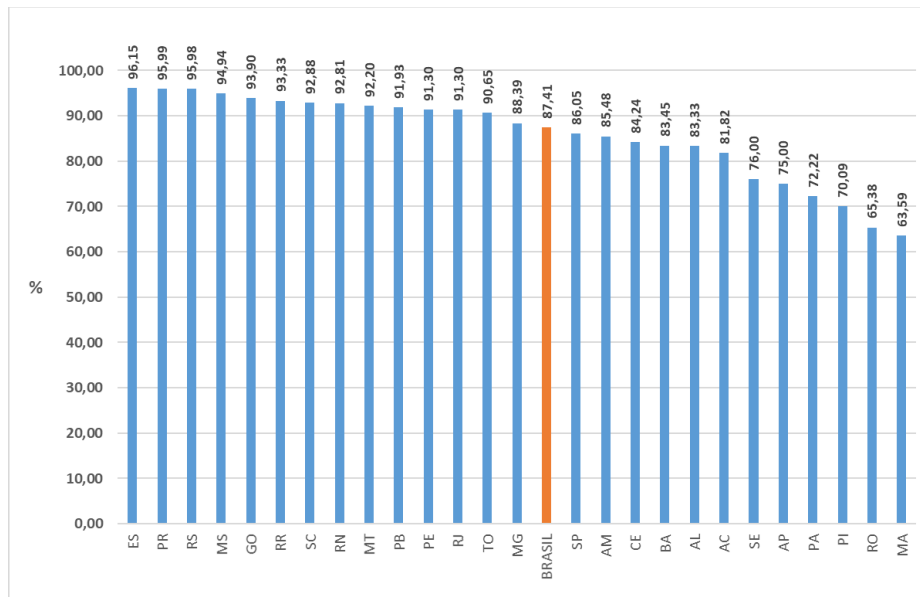
**Gráfico 2 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

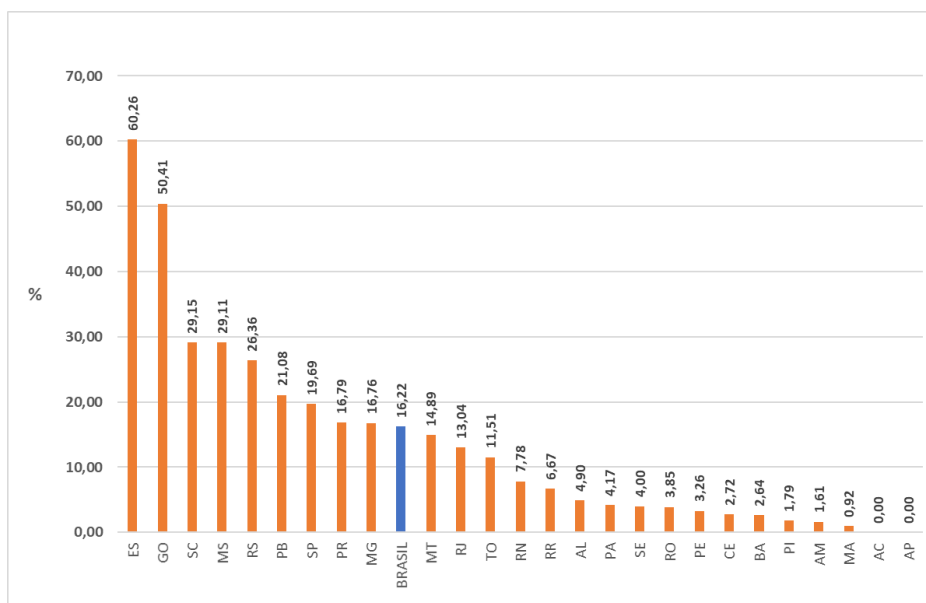
O gráficos 3 e 4 detalham, respectivamente nos quadriênios 2018-2021 e 2022-2025, os resultados por estado, apresentando o percentual de municípios com plano aprovado de acordo com os registros no DGMP.

**Gráfico 3 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2018-2021)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

**Gráfico 4 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2022-2025)**

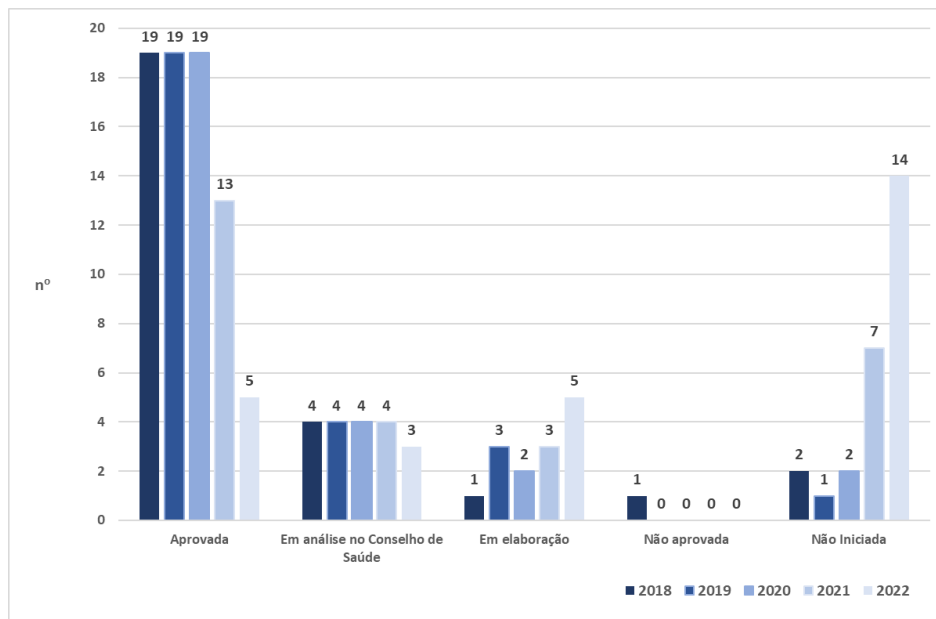


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

## Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no CS + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 5 que o número foi semelhante para os três primeiros anos da série: 2018 (24), 2019 (23), 2020 (23), 2021 (17) e 2022 (8). Quatorze unidades federativas não tinham iniciado o registro dos dados da PAS 2022 no sistema.

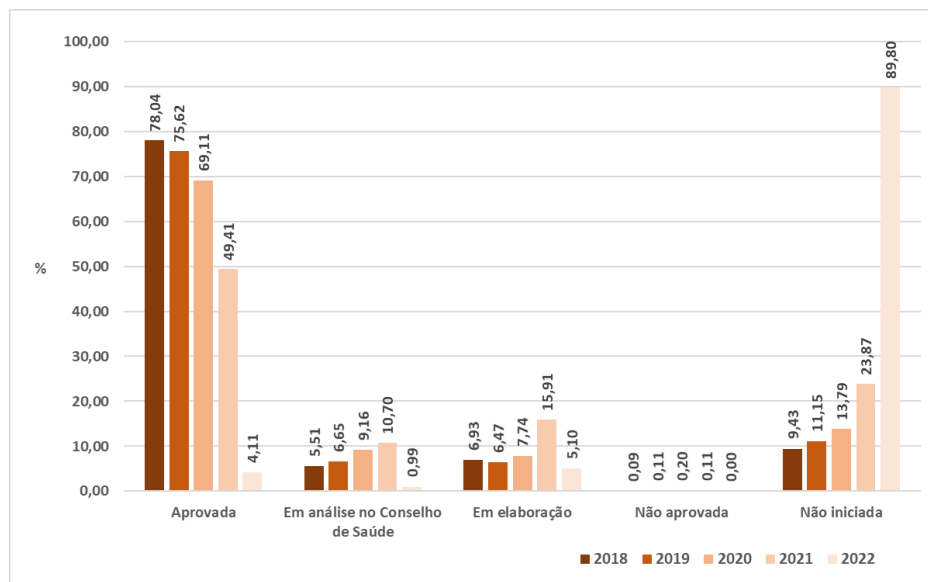
**Gráfico 5 – Situação da PAS das unidades federativas, segundo status (2018 a 2022)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovado + Em Análise no CS + Não aprovada), observa-se que essa proporção foi maior nos anos iniciais da série: 2018 (84,64%), 2019 (82,38%), 2020 (78,47%), 2021 (60,22%) e 2022 (5,10%), conforme gráfico 6.

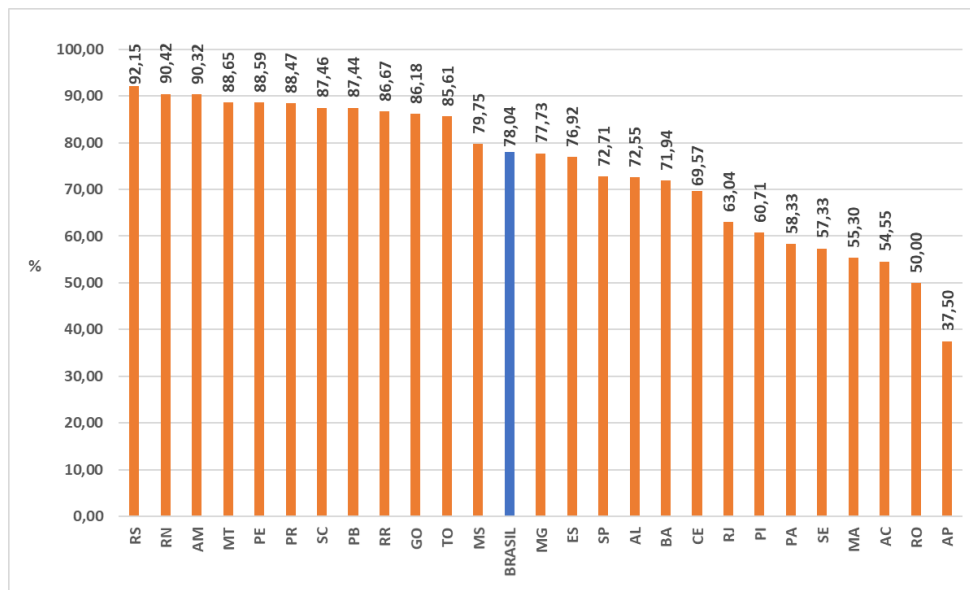
**Gráfico 6 – Situação da PAS dos municípios brasileiros, segundo status (2018 a 2022) (Em %)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Detalhando-se a situação da PAS 2018 dos municípios por estado, observa-se que 92,15% dos municípios do Rio Grande do Sul estavam com esse instrumento aprovado de acordo com os registros no DGMP. A menor proporção foi observada no Amapá (37,50%), enquanto a proporção para todo o país foi de 78,04%. O gráfico 7 demonstra esse percentual em todos os estados brasileiros.

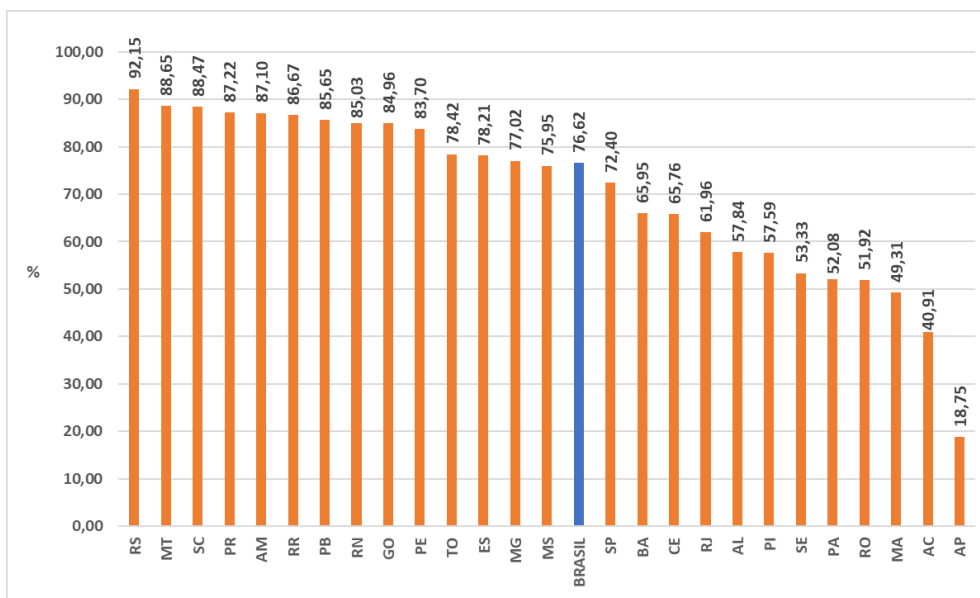
**Gráfico 7 – Proporção de municípios com a PAS 2018 aprovada, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios com esse instrumento aprovado foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (92,15%). A proporção para todo o país foi de 76,62%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 8.

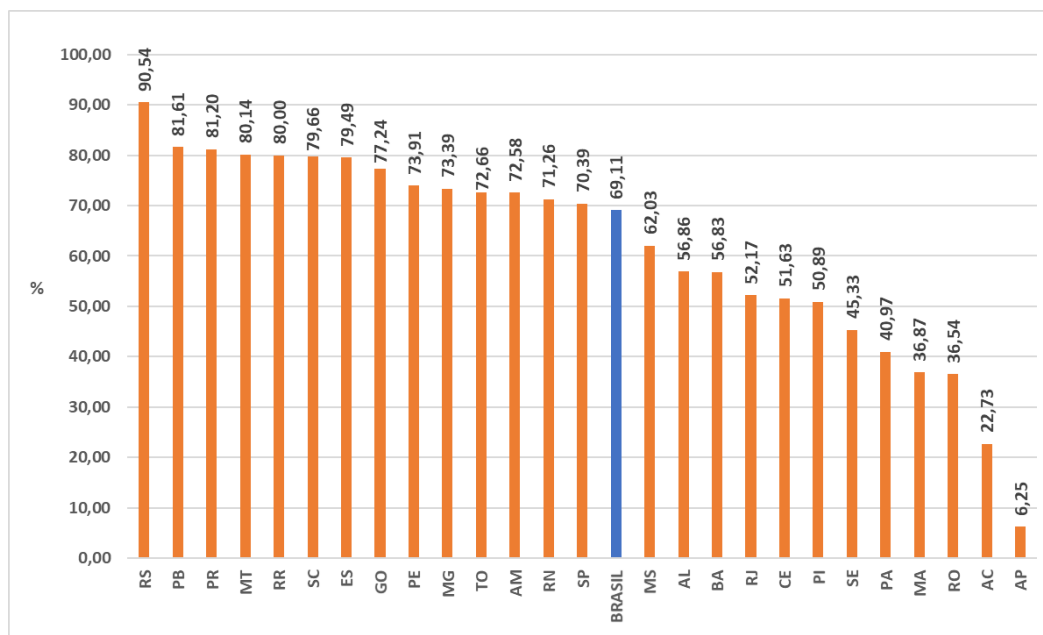
**Gráfico 8 – Proporção de municípios com a PAS 2019 aprovada, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Para a PAS 2020, a proporção de municípios brasileiros com o referido instrumento aprovado foi de 69,11%. A maior proporção foi observada no estado Rio Grande do Sul (90,54% dos municípios). A situação por estado está descrita no gráfico 9.

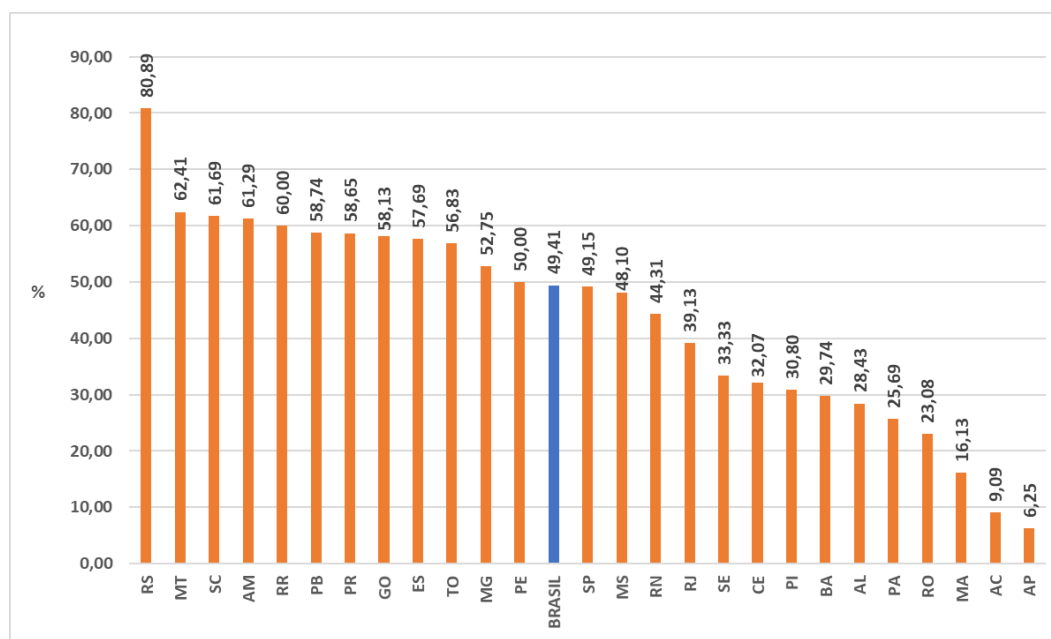
Gráfico 9 – Proporção de municípios com a PAS 2020 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Já para o ano de 2021, cerca de 49% dos municípios brasileiros estavam com a PAS aprovada no DGMP (gráfico 10).

Gráfico 10 – Proporção de municípios com a PAS 2021 aprovada no DGMP, segundo estado



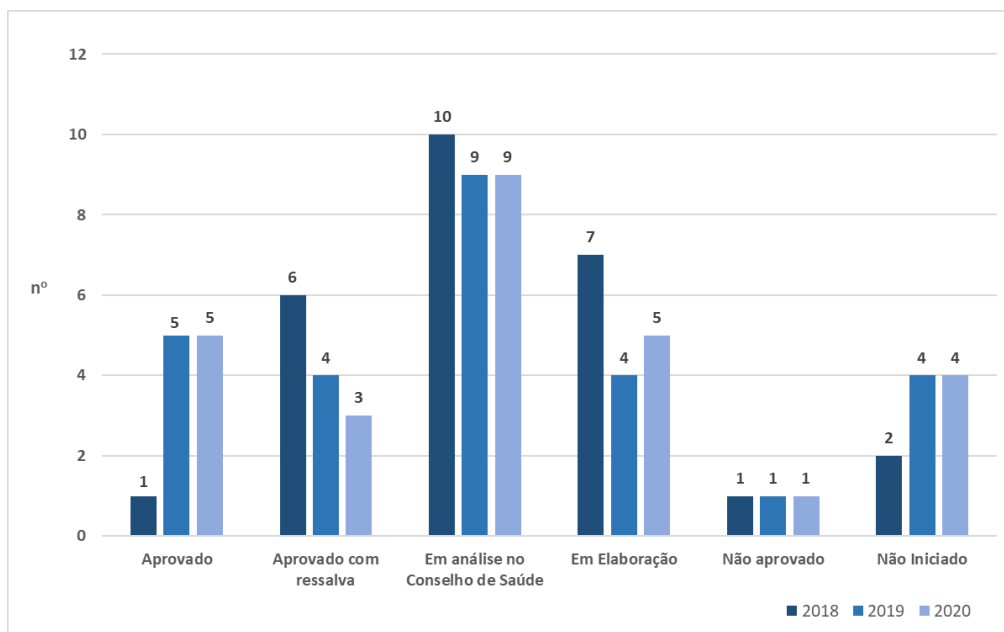
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

## Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

Mais da metade das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAGs de 2018 (18), 2019 (19) e 2020 (18) para apreciação no CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS), conforme gráfico 11.



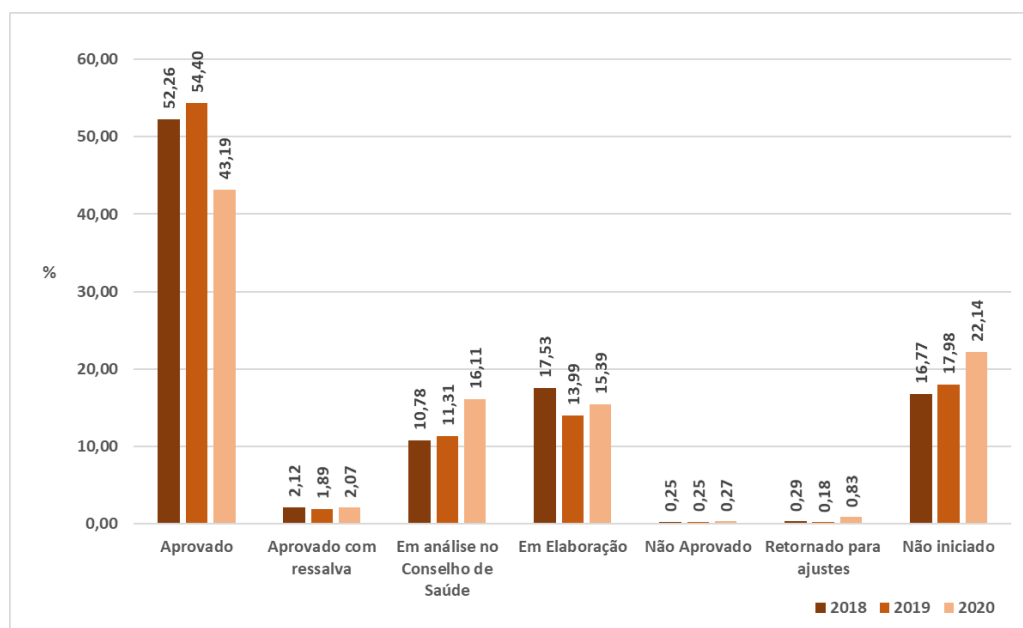
**Gráfico 11 – Situação do relatório de gestão das unidades federativas, segundo status (2018 a 2020)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

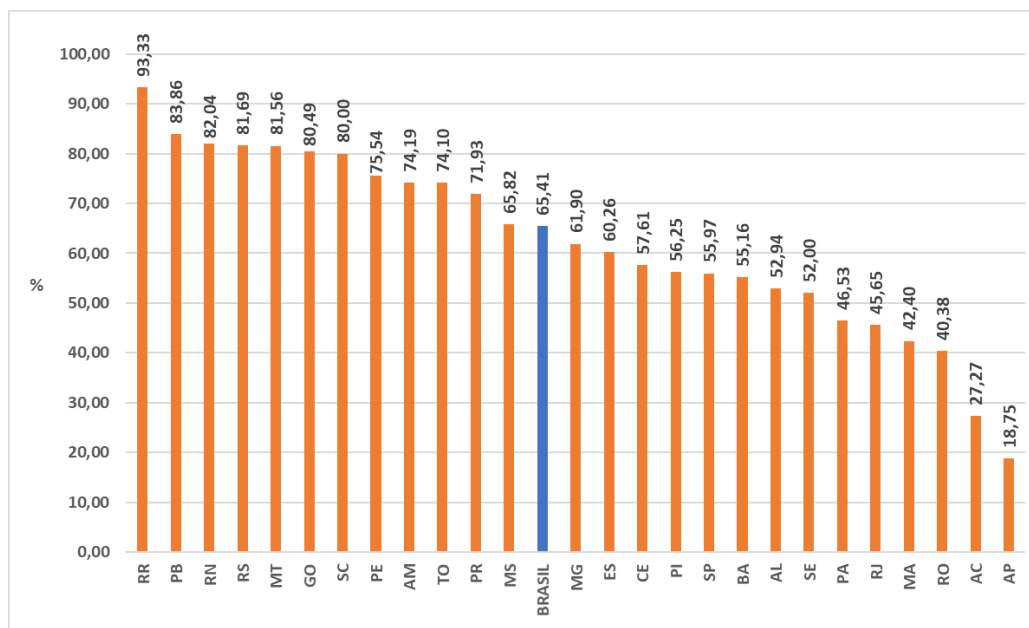
Quanto aos municípios, mais da metade encaminhou para apreciação no CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) o RAG 2018 (65,41%) e RAG 2019 (67,85%). Para o ano de 2020, a proporção observada foi de 61,64%, conforme gráfico 12.

**Gráfico 12 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2020)**



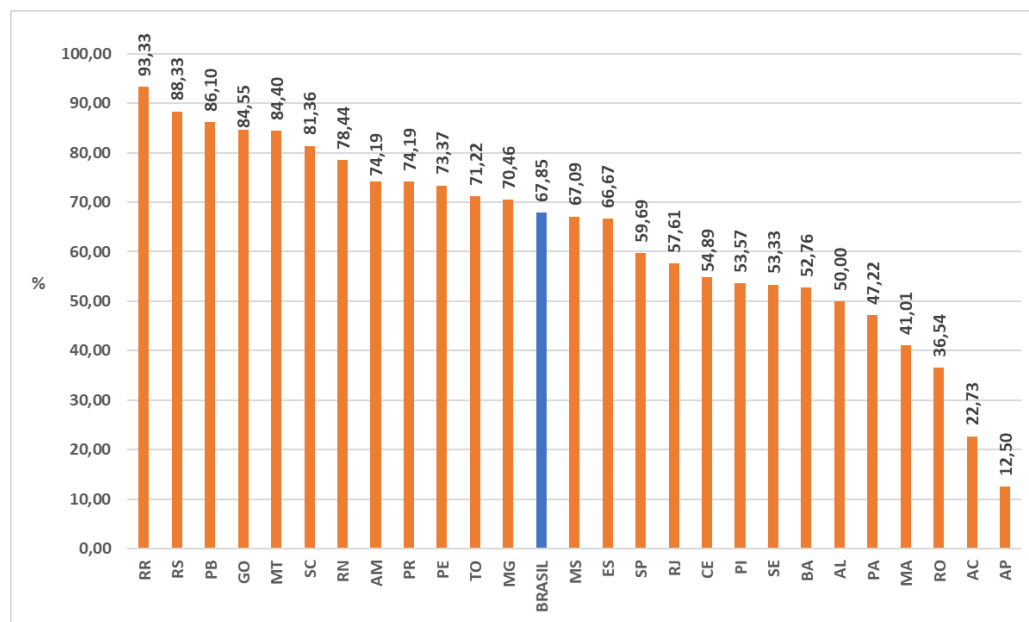
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Detalhando-se a análise por cada estado, em relação aos municípios que encaminharam o RAG 2018 (gráfico 13) para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em Análise no CS), observa-se a maior proporção no estado de Roraima (93,33% dos municípios). Considerando-se todos os municípios do país, a proporção é de 65,41%.

**Gráfico 13 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

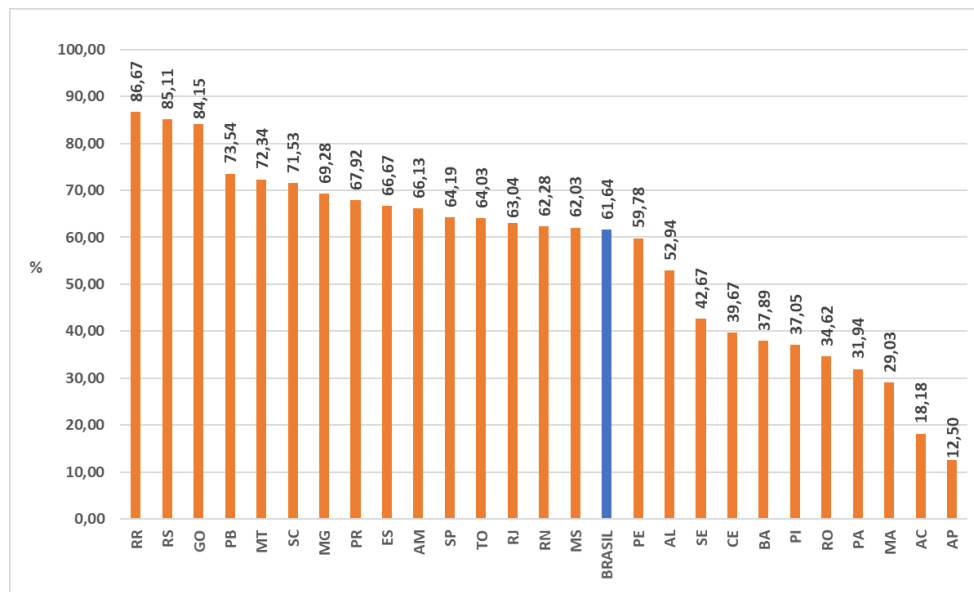
Para o ano 2019, a proporção de municípios brasileiros que elaboraram e encaminharam o RAG no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em Análise no CS) apresentou um pequeno incremento em relação ao ano anterior: 65,41% (2018) e 67,85% (2019). Destaque para o estado de Roraima (93,33% dos municípios). O detalhamento por estado é apresentado no gráfico 14.

**Gráfico 14 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Para o ano 2020, a proporção de municípios que elaborou e encaminhou o RAG para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em Análise no CS) foi de 61,64%, conforme gráfico 15. Roraima foi o estado que apresentou a maior proporção de municípios nessa condição (86,67%) e a menor proporção foi observada no estado do Amapá (12,50% dos municípios).

Gráfico 15 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



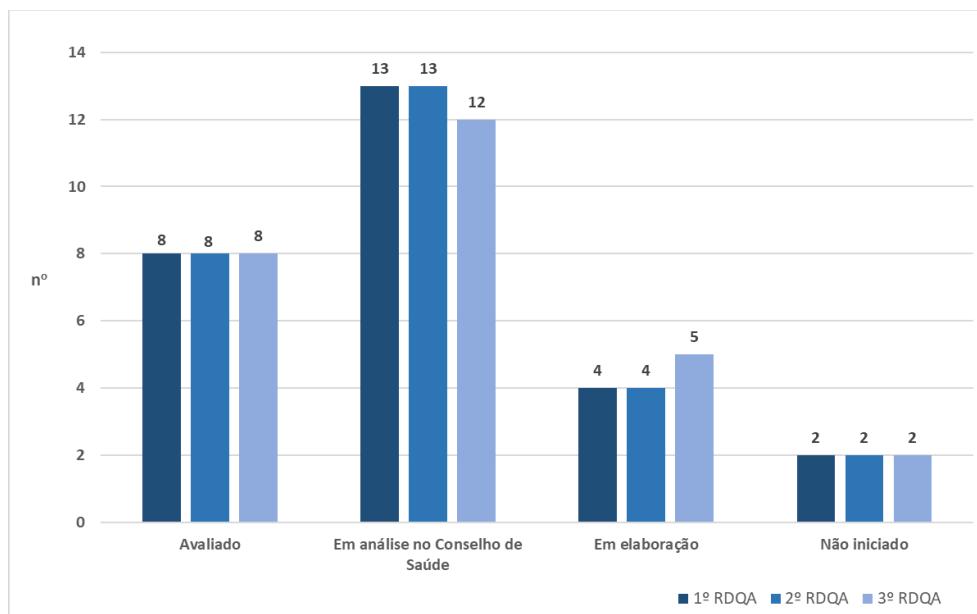
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

## Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

### RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 16.

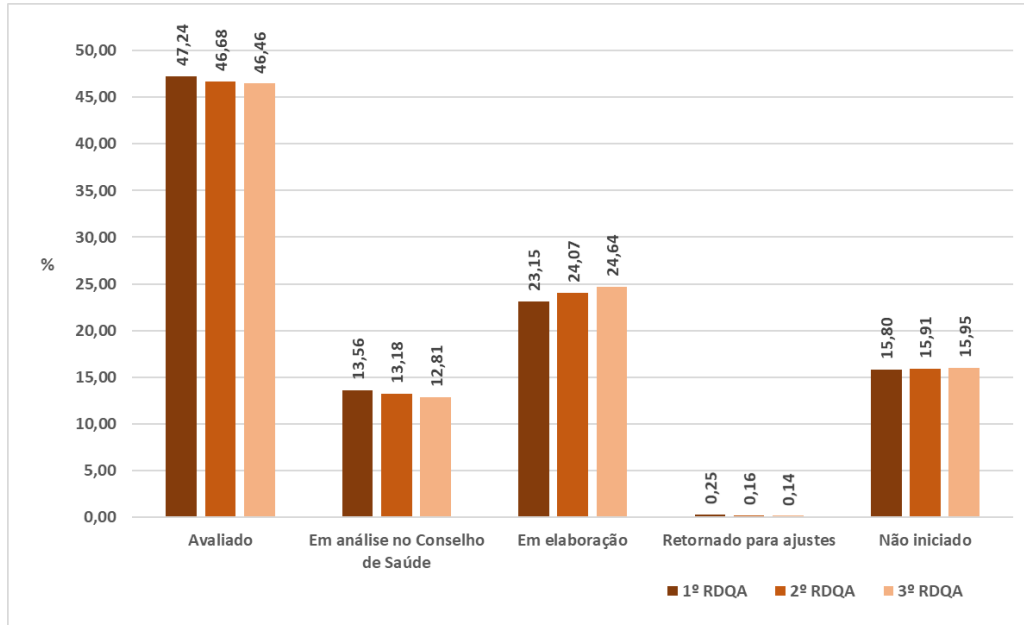
Gráfico 16 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018, 59,98% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS). O gráfico 17 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

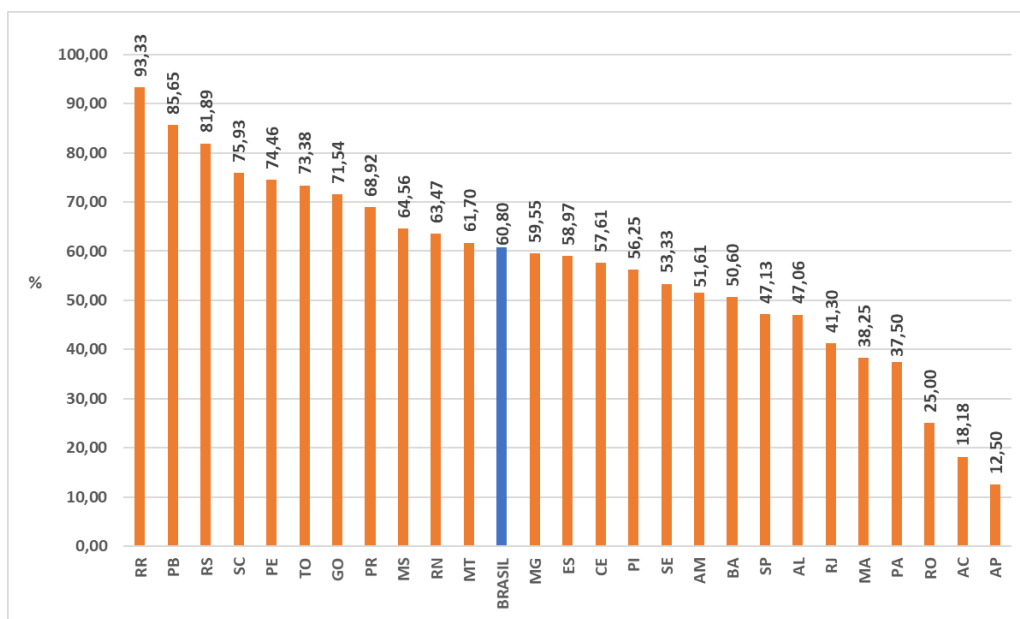
**Gráfico 17 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

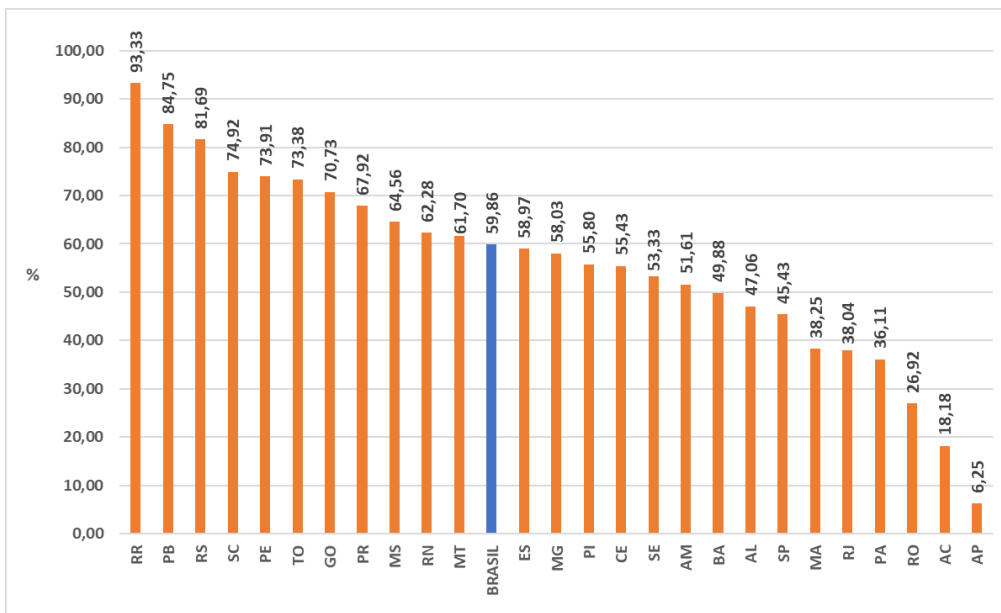
Detalhando-se as análises por cada estado, observa-se que Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2018. Considerando esse percentual para todos os municípios brasileiros, as proporções apresentam semelhanças nos três quadrimestres: 1º RDQA (60,80%), 2º RDQA (59,86%) e 3º RDQA (59,27%). Os dados são apresentados nos gráficos 18, 19 e 20.

**Gráfico 18 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



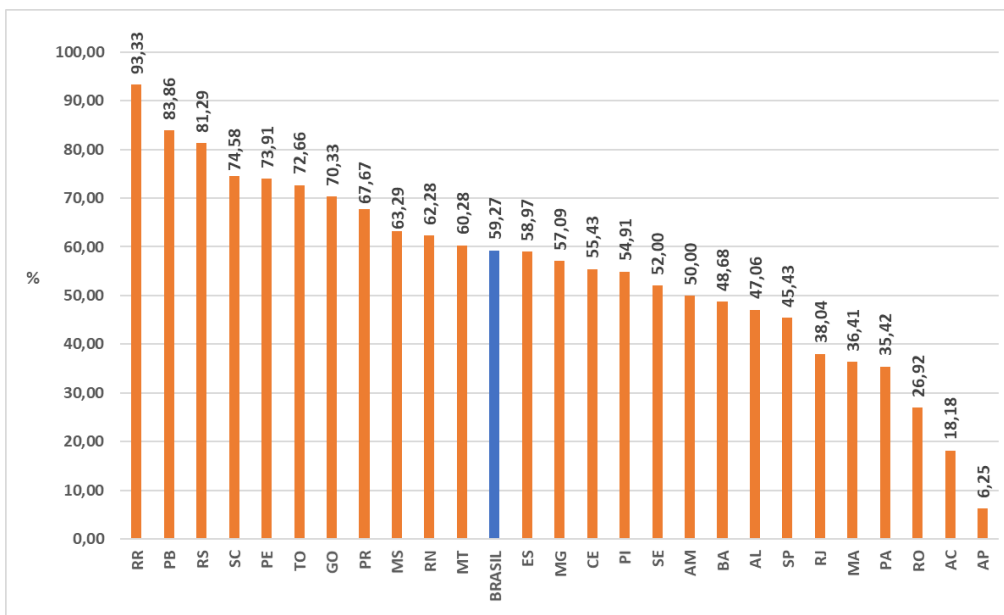
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Gráfico 19 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Gráfico 20 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado

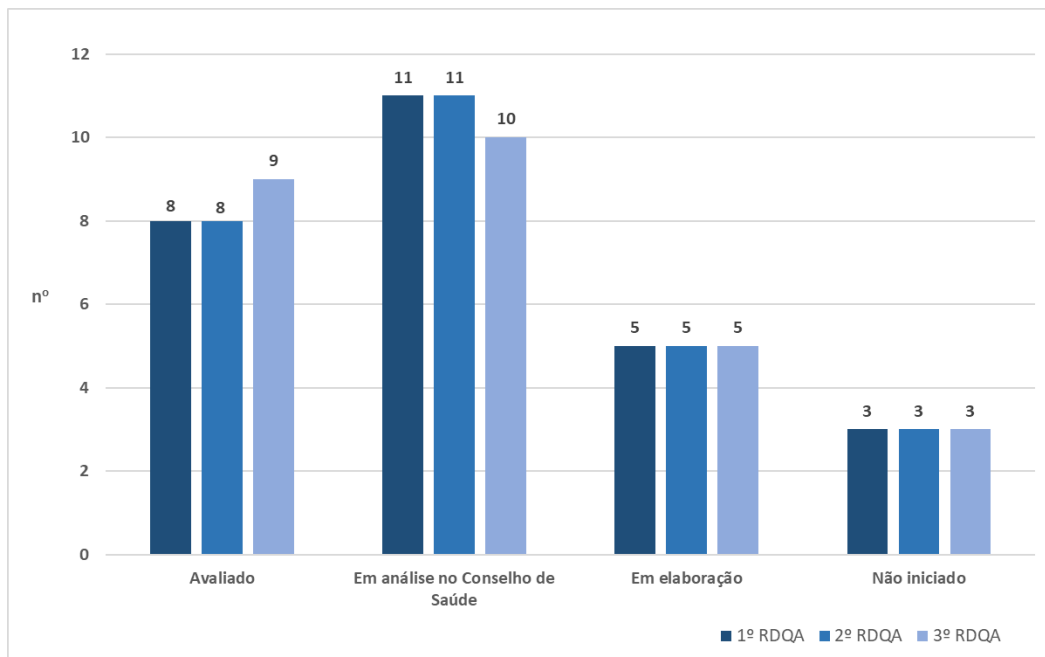


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

## RDQA de 2019

Dezenove unidades federativas encaminharam o RDQA para avaliação no CS nos três quadrimestres de 2019. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 21.

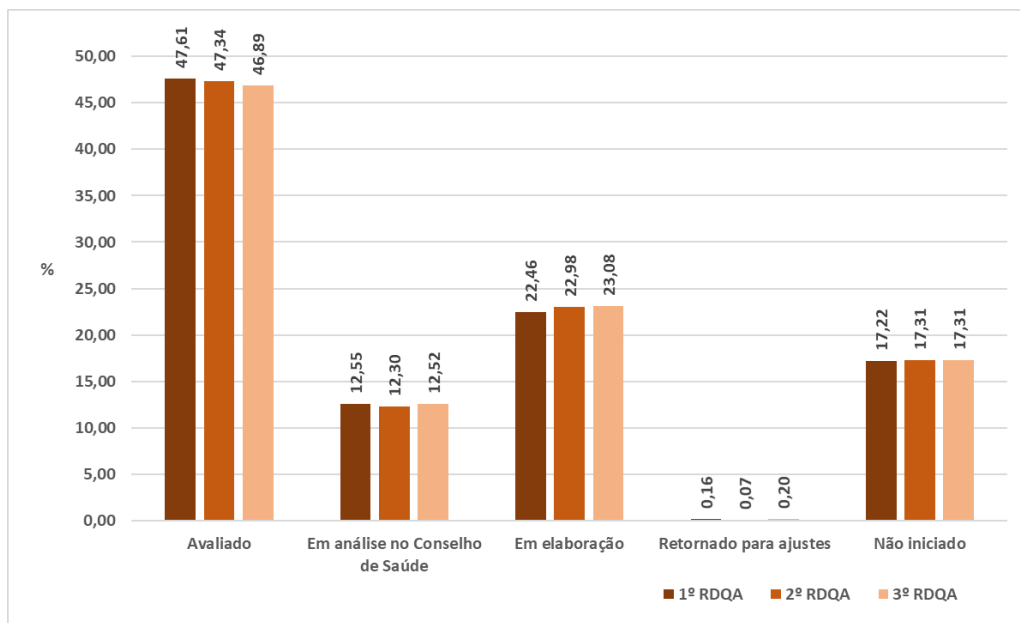
**Gráfico 21 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2019)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

A mesma análise realizada para os municípios aponta que a proporção dos que encaminharam os RDQAs de 2019 (Avaliado + Em análise no CS) possui média semelhante à observada em 2018. A média dos três quadrimestres de 2018 foi de 59,31%, enquanto a média para os três quadrimestres de 2019 foi de 59,74%. O gráfico 22 apresenta as proporções em cada quadrimestre.

**Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)**

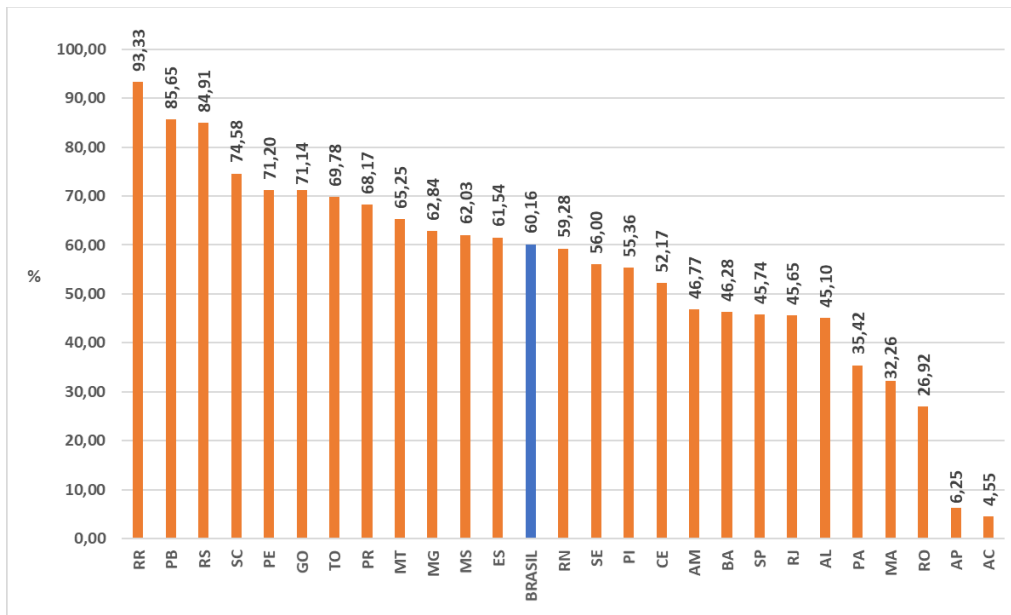


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Detalhando-se as análises por cada estado, observa-se que Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2019. Considerando esse percentual para todos os municípios brasileiros, as proporções apresentam semelhanças

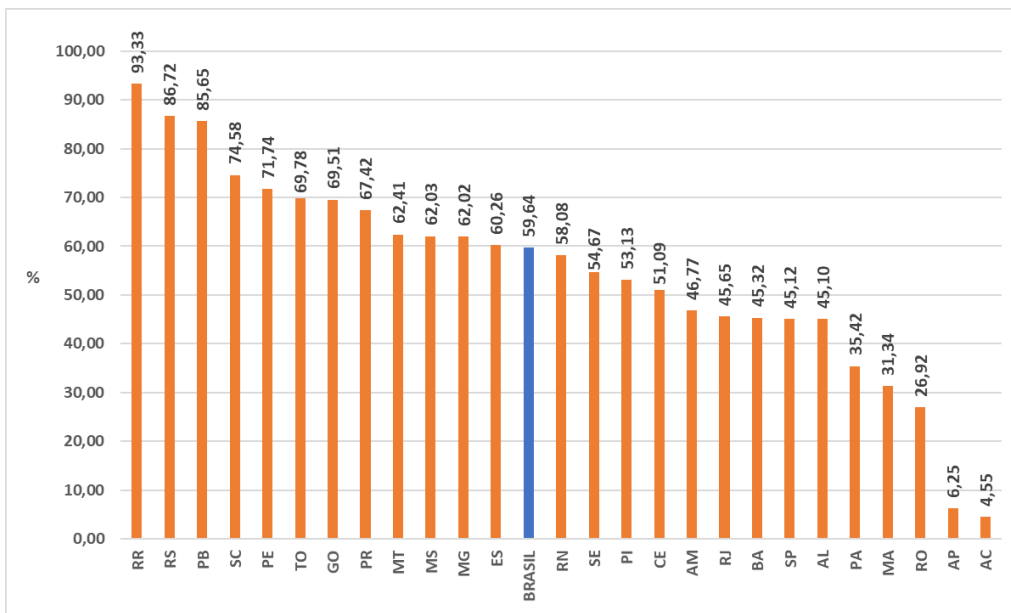
nos três quadrimestres: 1º RDQA (60,16%), 2º RDQA (59,64%) e 3º RDQA (59,41%). Os dados são apresentados no gráficos 23, 24 e 25.

**Gráfico 23 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



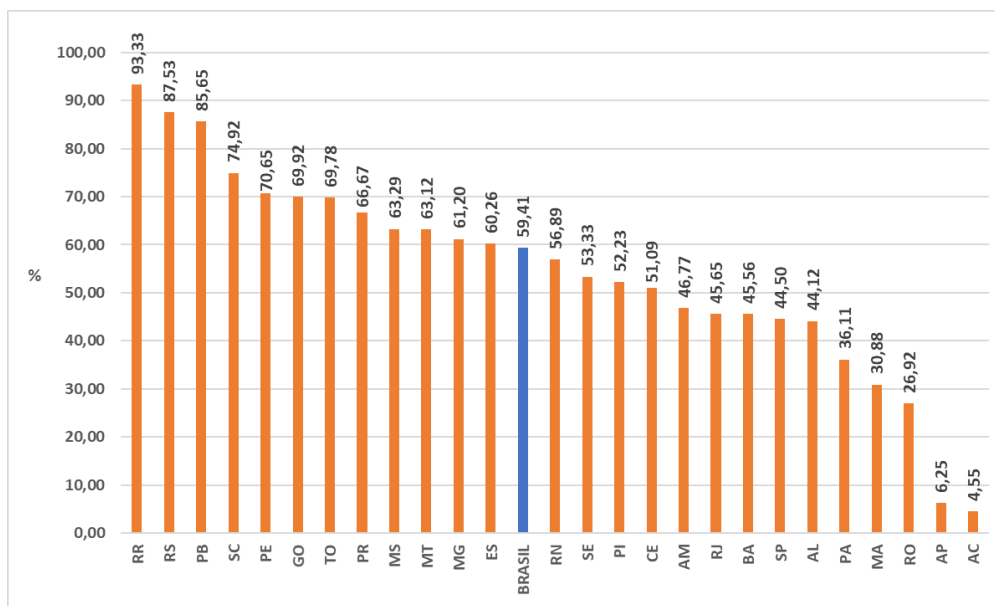
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

**Gráfico 24 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Gráfico 25 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado

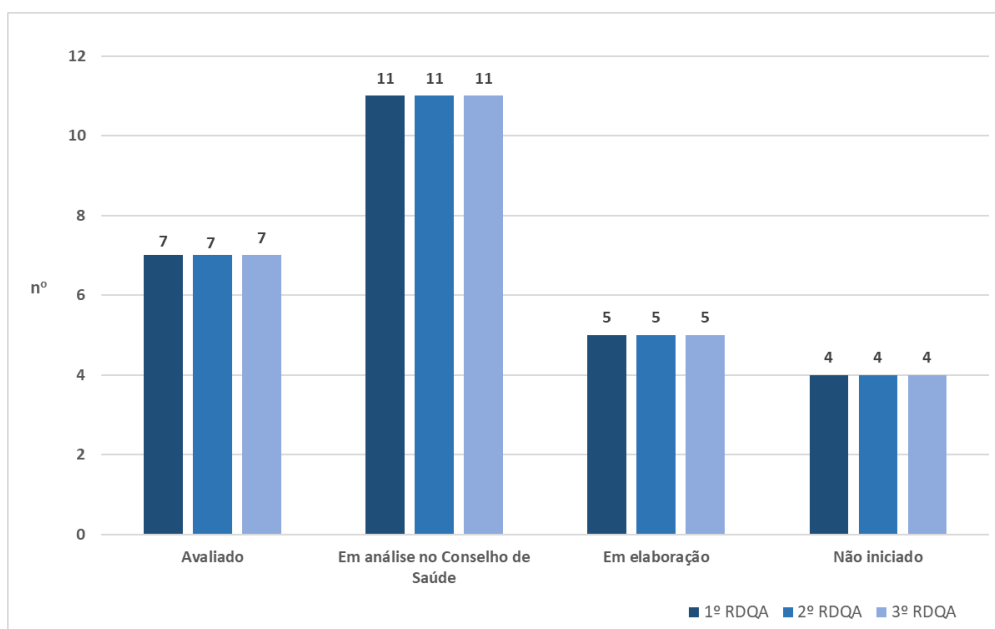


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

## RDQA de 2020

Conforme o gráfico 26, o quantitativo de unidades federativas que encaminharam os RDQAs de 2020 para apreciação no conselho de saúde é semelhante nos três quadrimestres. Nove unidades federativas não tinham finalizado a elaboração dos RDQAs no DGMP.

Gráfico 26 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2020)

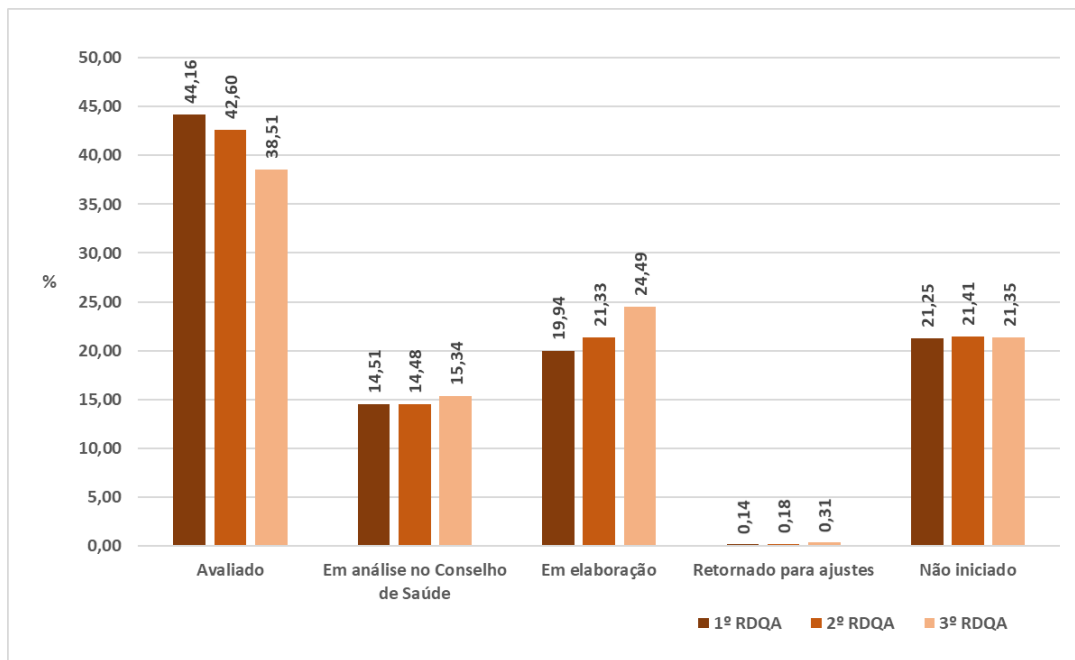


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Em relação aos municípios, verifica-se que 58,67% encaminharam o 1º RDQA de 2020 para apreciação no CS. Esse percentual cai para 57,08% e 53,85% no 2º RDQA e 3º RDQA, respectivamente (gráfico 27).



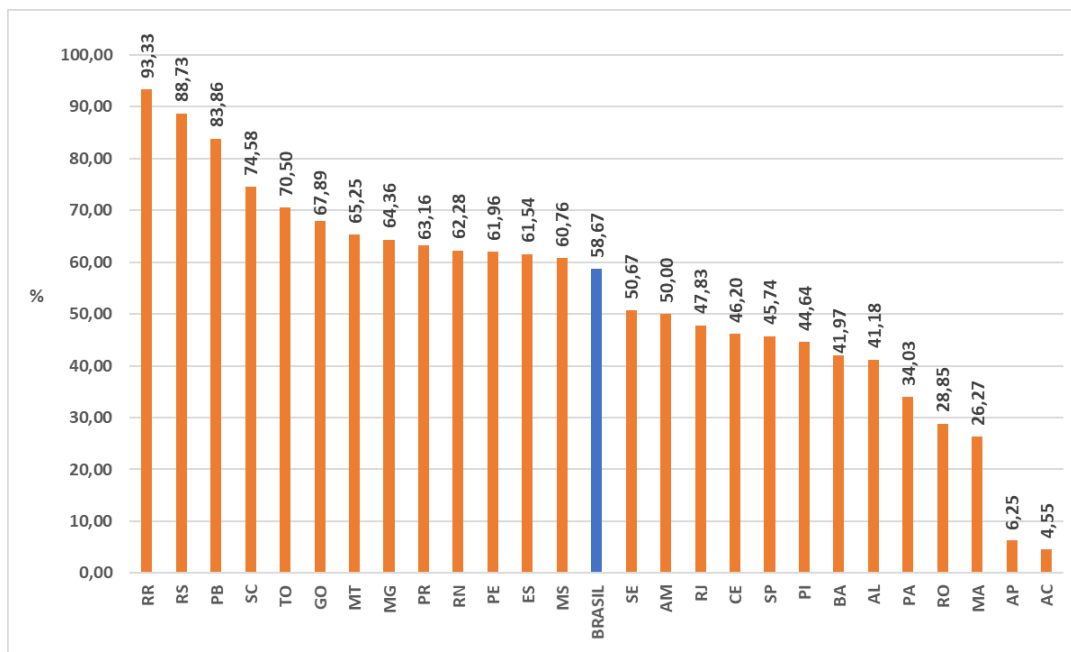
**Gráfico 27 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

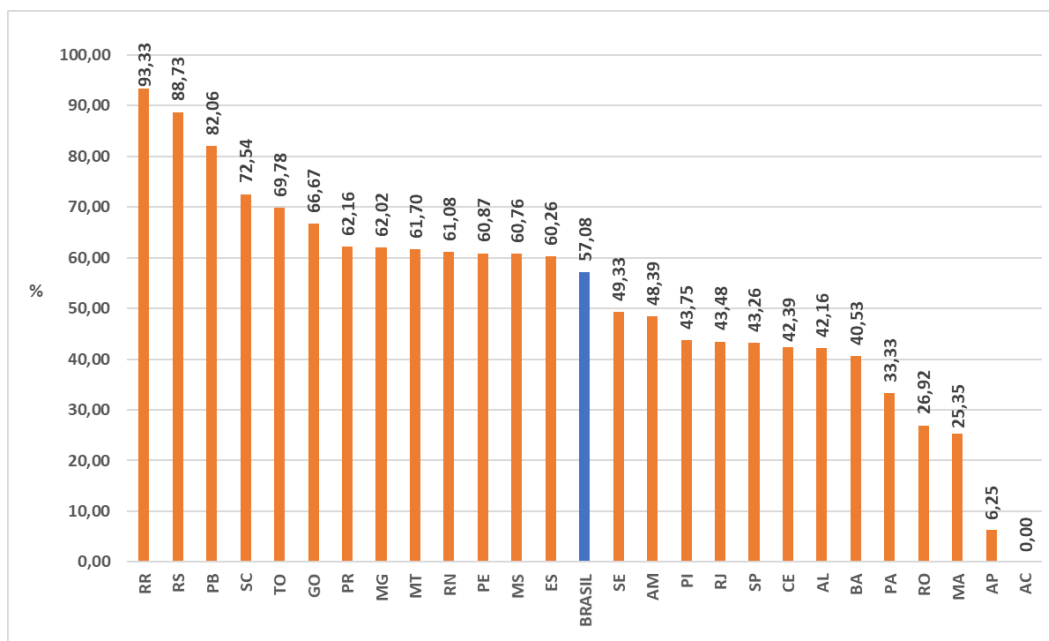
Detalhando-se as análises por cada estado, observa-se que Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2020. Os dados são apresentados nos gráficos 28, 29 e 30.

**Gráfico 28 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



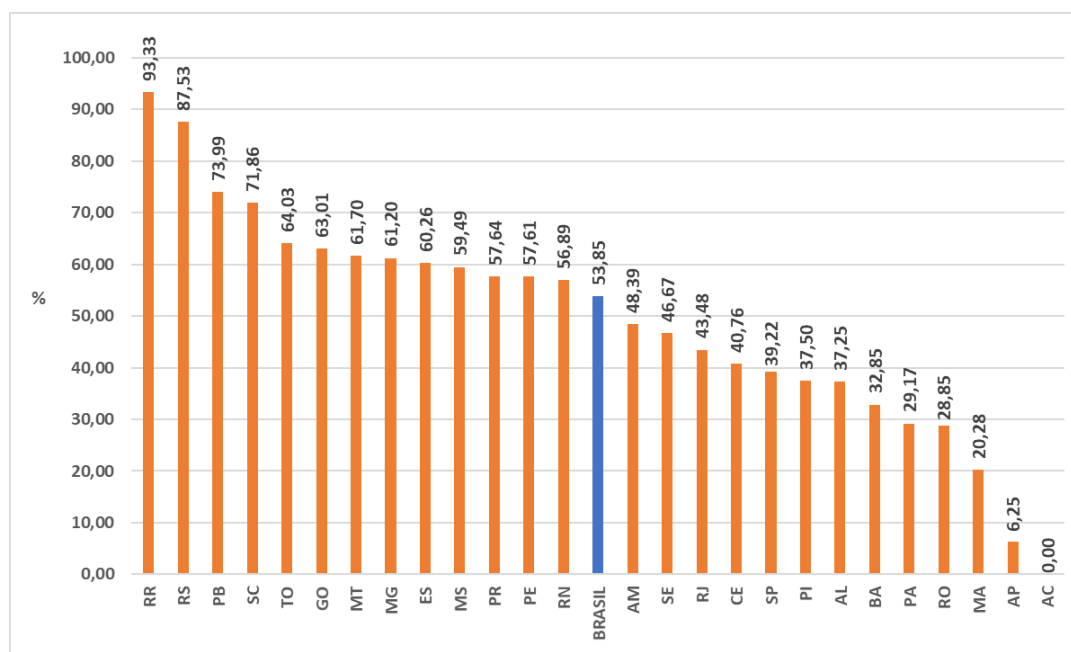
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Gráfico 29 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

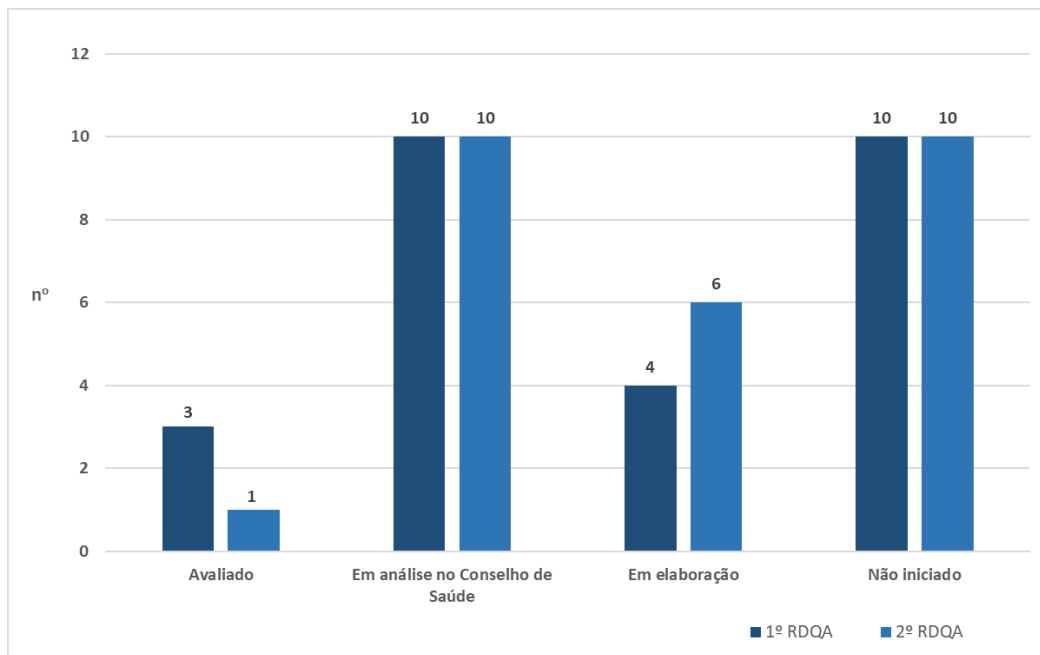
Gráfico 30 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

## RDQA de 2021

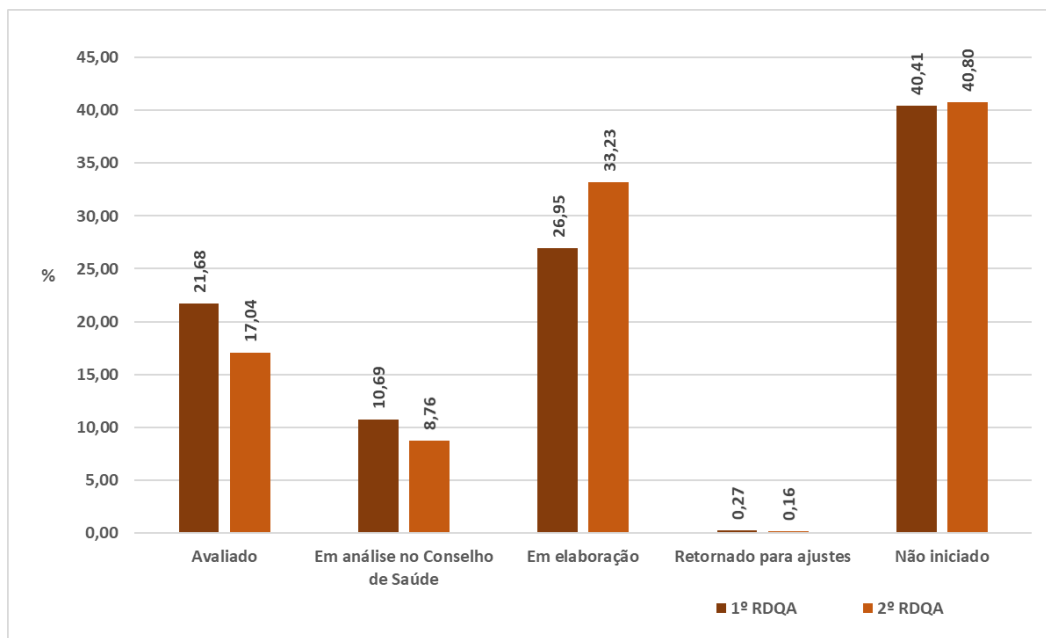
Com relação aos 1º RDQA e 2º RDQA de 2021, a maior parte das unidades federativas não havia finalizado o registro no DGMP (gráfico 31).

Gráfico 31 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo *status* (2021)

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

Para os municípios, observou-se que 32,37% e 25,80% encaminharam, respectivamente, o 1º RDQA e o 2º RDQA de 2021 para apreciação no CS (Avaliado + Em análise no CS). Entretanto, a maior parte dos municípios não havia finalizado o registro nos dois referidos RDQAs (gráfico 32).

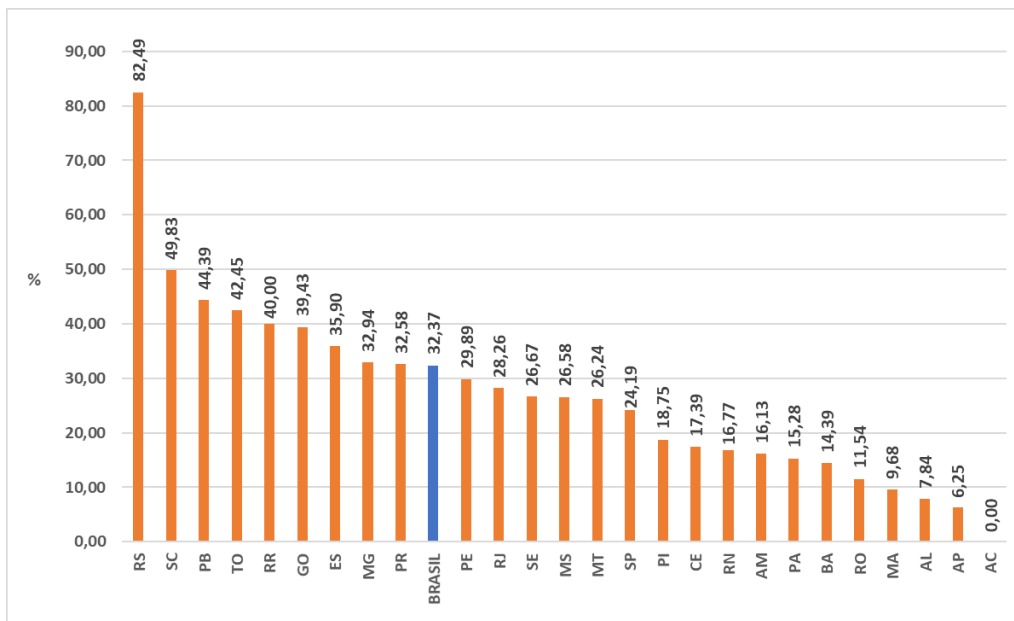
Gráfico 32 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

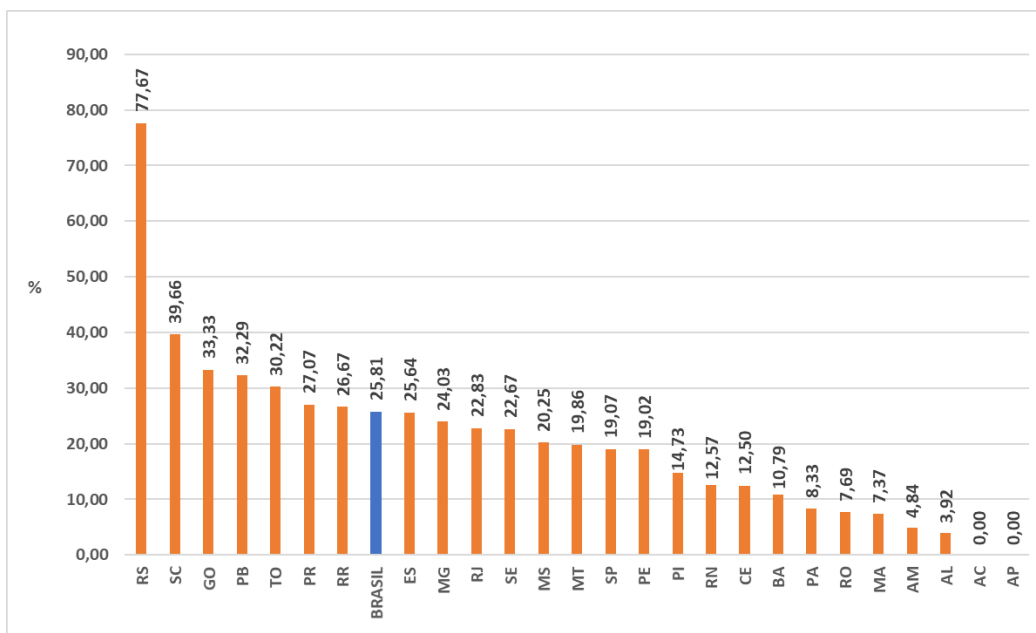
Detalhando-se as análises por cada estado, observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos dois quadrimestres de 2021. Os dados estão apresentados nos gráficos 33 e 34.

**Gráfico 33 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

**Gráfico 34 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado**



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2022.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

**Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.**

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde  
[bvsm.sau.de.gov.br](http://bvsm.sau.de.gov.br)



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

Governo  
Federal